

Era uma vez...os diversos jeitos de ser, com respeito e práticas antirracistas

Once upon a time... the different ways of being, with respect and anti-racist practices

Graziela Escandiel de Lima¹

 0000-0003-4176-136X

Taiane Canfild Veiga²

 0009-0002-5255-5641

Nathana Neres Munhós³

 0009-0008-3326-5132

RESUMO: O presente artigo relata a experiência pedagógica “Era uma vez... os diversos jeitos de ser, com respeito e práticas antirracistas”, desenvolvida em 2025 com a turma do Pré B Azul da Escola Municipal de Educação Infantil Ivanise Jann de Jesus, em Santa Maria/RS. O objetivo foi promover a valorização da identidade negra, combater estereótipos e incentivar o respeito às diferenças desde a infância, construindo uma memória individual e coletiva. A fundamentação teórica apoiou-se na Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), na Lei nº 10.639/2003, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e nos estudos de Kaercher e Rosa (2021), Munanga (2005), Andrade (2005), Silva, Sá-Silva e Melo (2023) e Vieira e Domingos (2024), destacando o papel do professor como facilitador de aprendizagens e reflexões sobre diversidade. A metodologia adotada incluiu contação de histórias, rodas de conversa, atividades artísticas, observação e registro das falas e interações das crianças, além de fotografias e anotações em diário de campo. O corpus consiste nas narrativas, autorretratos e produções das crianças, bem como em registros fotográficos das ações pedagógicas. Os resultados indicam mudanças nas percepções e interações infantis, evidenciando crescente valorização da diversidade, reconhecimento das identidades negras e a construção de práticas antirracistas no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: educação étnico-racial; educação infantil; práticas antirracistas.

ABSTRACT: This article reports on the pedagogical experience "Once upon a time... the different ways of being, with respect and anti-racist practices," developed in 2025 with the Pre-B Azul class at the Ivanise Jann de Jesus Municipal Early Childhood Education School in Santa Maria, RS. The objective was to promote the appreciation of Black identity, promote stereotypes, and encourage respect for differences from childhood, building an individual and collective memory. The theoretical framework is based on Education for Ethnic-Racial Relations (ERER), Law No. 10.639/2003, the National Curricular Parameters (PCN, 1997), the Common National Curricular Base (BNCC, 2017), the National Curricular Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI), and studies by Kaercher and Rosa (2021), Munanga (2005), Andrade (2005), Silva, Sá-Silva, and Melo (2023), and Vieira and Domingos (2024), highlighting the role of the teacher as a facilitator of learning and reflections on diversity. The

¹Professora do Departamento de Metodologia do Ensino, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail:

²Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: taiane.veiga@acad.ufsm.br

³Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: nnathanamunhos@gmail.com

methodology adopted included storytelling, discussion groups, artistic activities, observation and recording of children's speech and interactions, as well as photographs and field journal entries. The corpus consists of children's narratives, self-portraits, and productions, as well as photographic records of pedagogical activities. The results indicate changes in children's perceptions and interactions, evidencing a growing appreciation for diversity, recognition of Black identities, and the development of anti-racist practices in the school context.

KEYWORDS: ethnic-racial education; early childhood education; anti-racist practices.

Introdução

O projeto *Era uma vez... os diversos jeitos de ser, com respeito e práticas antirracistas*, vinculado à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), está sendo desenvolvido pela professora regente e pela professora em formação, sob a orientação da professora doutora, no ano de 2025, em uma turma de Educação Infantil da rede.

A proposta surgiu a partir de observações realizadas no cotidiano escolar, quando as professoras constataram manifestações de racismo nas falas de uma criança. Diante dessa situação, reconheceu-se a urgência de intervir pedagogicamente, promovendo o respeito às diferenças, a valorização da diversidade e a construção de práticas educativas comprometidas com o combate ao racismo desde a infância.

A Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade de incluir conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, reforçando o papel da escola em valorizar identidades negras e combater o racismo. Estudos indicam que a infância é um período decisivo para a formação de valores e atitudes, sendo fundamental que as crianças tenham contato com representações positivas das identidades negras e indígenas e com práticas que incentivem o respeito às diferenças (Munanga, 2005; Andrade, 2005; Kaercher; Rosa, 2021; Silva, Sá-Silva; Melo, 2023; Vieira; Domingos, 2024). Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca, entre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a importância de “conviver” e “respeitar o outro e a si mesmo”, princípios que fortalecem a valorização da diversidade étnico-racial.

A partir desse contexto, nós, professoras, planejamos ações que, por meio de Literaturas Infantis em conjunto com outras ações pedagógicas, como: rodas de conversa, brincadeiras e artes, incentivassem as crianças a reconhecer, respeitar e celebrar as diferenças. Assim, o presente projeto se insere no compromisso da escola com a formação integral das crianças, reconhecendo-as como sujeitos históricos e culturais e contribuindo para a construção de uma

cultura antirracista no ambiente escolar.

A partir desse cenário e da relevância do tema, torna-se essencial compreender os fundamentos históricos, legais e pedagógicos que sustentam a promoção de práticas antirracistas na Educação Infantil. Nas próximas seções, apresentamos a fundamentação teórica que orienta o desenvolvimento do projeto, articulando aspectos legais, diretrizes curriculares e contribuições de autores que refletem sobre o racismo, o antirracismo e a valorização da diversidade na escola.

Fundamentação

Para compreender a importância de ações pedagógicas voltadas à promoção de práticas antirracistas na Educação Infantil, é necessário situar o debate no contexto histórico, legal e pedagógico que sustenta este tema. A compreensão do racismo como fenômeno estrutural (Munanga, 2005; Andrade, 2005; Kaercher; Rosa, 2021; Silva, Sá-Silva; Melo, 2023; Vieira; Domingos, 2024) e a urgência de sua superação no espaço escolar encontram respaldo tanto na legislação brasileira — como a Lei nº 10.639/2003 — quanto em diretrizes curriculares que reconhecem a diversidade como princípio educativo (PCN, 1997; DCNEI, 2010; BNCC, 2017).

No prefácio da primeira edição de 1999 da obra *Superando o racismo na escola*, organizada por Munanga (2005), Paulo Renato Souza, então Ministro de Estado da Educação, afirma que o livro busca “[...] preencher o vazio da desinformação e corrigir a distorção de valores que encerra [...]” (Souza, 1999, p. 7). Sobre a relevância desta publicação, no prefácio da segunda edição, de 2005, Ricardo Henriques e Eliane Cavalleiro ressaltam que ela é “[...] pioneira sobre o tema, os onze autores se desdobraram em produzir artigos ricos em sugestões sobre possibilidades de ação. Não há uma linha única de raciocínio e abordagem, mas muitas linhas em convergência, como os afluentes de um rio” (Henriques; Cavalleiro, 2005, p. 11)

Henriques e Cavalleiro (2005) encerram o prefácio com uma reflexão significativa acerca do nosso papel na sociedade e das atitudes que tomamos diante de uma obra como esta:

Para quaisquer leitores, negros ou não negros, superando o Racismo na Escola disponibiliza sugestões arejadas e informadas sobre o quanto nossas práticas pedagógicas se enriqueceriam se soubéssemos incorporar substantivamente a contribuição negra ao repertório constitutivo de nossa visão do mundo e da nossa humanidade. Todavia, as informações não mudam o mundo por si sós. A rigor, nem a produção e nem a distribuição de um livro como este garantem sua leitura e

aproveitamento na escola. Isso ainda é uma questão de ‘correlação de forças’, para recorrer a um termo da Ciência Política, que pode tornar possível (ou não) a ‘mudança de conversa’ de professores, alunos e funcionários da escola em torno do combate ao racismo na escola e na sociedade brasileira. (Henriques; Cavalleiro, 2005, p. 13)

Souza (1999) também relaciona a publicação da obra à criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, marco importante para a construção de currículos que contemplassem as peculiaridades regionais e culturais do país, promovendo uma educação de qualidade, inclusiva e alinhada à realidade brasileira.

Nos PCN, Souza (1999) destaca a implementação dos *temas transversais*, tais como Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual como eixos que deveriam permear as diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para uma formação cidadã e crítica. Segundo o autor:

[...]os alunos são levados a compreender a cidadania enquanto participação social e política; a posicionar-se de modo crítico e construtivo; a conhecer características sociais, materiais e culturais do país; a identificar e valorizar a pluralidade cultural; a posicionar-se contra a discriminação cultural, social, religiosa, de gênero, de etnia, dentre outras. (Souza, 1999, p.8)

Essa perspectiva revela que, já no final da década de 1990, havia o reconhecimento da necessidade de a escola assumir um papel ativo na desconstrução de preconceitos e práticas discriminatórias. Nesse sentido, no prefácio da 2ª impressão, em 2000, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, reforça essa ideia ao afirmar:

É preciso, ainda, que a educação tenha qualidade, que sirva para abrir os espíritos, não para fechá-los, que respeite e promova o respeito às diferenças culturais, que ajude a fortalecer nos corações e mentes de todos os brasileiros o ideal da igualdade de oportunidades. (Cardoso, 2000, p. 9)

No caso específico do racismo, isso significava superar omissões históricas, reconhecer a pluralidade cultural brasileira e promover, desde a Educação Infantil, experiências pedagógicas que valorizassem as identidades negras e indígenas, fomentando o respeito à diversidade étnico-racial.

No âmbito legal, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, especifica, no artigo 26-A, inciso 2º, que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (Brasil, 2003). Tal diretriz reforça a responsabilidade da escola em incluir, de forma intencional e contínua, práticas que promovam a igualdade racial e o

respeito à diversidade, combatendo o preconceito. Enquanto as DCNEI (2010) orientam que as propostas pedagógicas assegurem o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira, incluindo a matriz africana e afro-brasileira, promovendo práticas educativas antirracistas. Complementarmente, a BNCC (2017) orienta que, desde a Educação Infantil, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento incluem “conviver” e “respeitar o outro e a si mesmo”, princípios que fortalecem a diversidade étnico-racial como valor educativo.

Ainda no livro de Munanga (2005), Inaldete Pinheiro de Andrade (2005) apresenta o texto *Construindo a auto-estima da criança negra*, no qual inicia sua escrita de forma saudosa, relembando sua infância e os momentos em que se reunia com a família em volta da mesa, no terreiro, para ouvir histórias — espaços que percebia como extensão de casa. Sobre a atualidade, a autora destaca que: “O livro infantil passou a ser um recurso de confronto com a televisão, competição desigual dentro de uma arena onde poucas pessoas sabem e gostam de ler” (Andrade, 2005, 118). Combinando seu gosto pela literatura infantojuvenil e sua militância no Movimento Negro, a autora justifica que a literatura:

[...] direcionou-me a utilizá-la como instrumento de identificação das relações raciais no Brasil. Defino: literatura infanto-juvenil, a literatura feita por pessoas adultas para crianças e jovens. É uma arte que povoa a imaginação, e por isso, tem o seu espaço na formação da mente plástica do ser que a ela tem acesso. (Andrade, 2005, p. 118)

Andrade (2005) apresenta-nos as *Oficinas de literatura infanto-juvenil*, realizadas tanto em escolas públicas quanto particulares; ao construir a metodologia, a autora recorreu ao “[...] conceito de memória como o órgão que armazena as experiências positivas e negativas[...]

 (Andrade, 2005, p 119), assim, também expressa:

Se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas do seu povo, é natural que venha à tona o sentimento de pertencimento como reforço à sua identidade racial. O contrário é fácil de acontecer, se se alimenta uma memória pouco construtiva para sua humanidade. É a última experiência que a militância do Movimento Negro depõe ao assumir o novo status – o status de pertencer ao povo negro – e o mesmo depoimento tenho encontrado na maioria das crianças ou jovens nas Oficinas de Auto-estima, que também chamo de Identidade Racial. Para refazer o presente – a identidade – a Oficina leva ao caminho de volta – a memória – aproveitando ou estimulando no prazer da leitura e, através dessa, a construção da auto-estima. (Andrade, 2005, p. 120)

Assim como Andrade (2005) enfatiza a importância da memória individual como caminho para a construção da identidade racial, Munanga (2005) amplia essa reflexão ao falar da memória coletiva. O autor explica que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (Munanga, 2005, p.15)

Nesse sentido, as contribuições de Andrade (2005) e Munanga (2005) se complementam e fundamentam a proposta deste trabalho, ao indicarem que práticas pedagógicas antirracistas devem se sustentar na valorização da memória individual e coletiva e no fortalecimento da autoestima das crianças.

Kaercher e Rosa (2021), em seu trabalho *A experiência de implementação da EREER na Educação Infantil à luz da fiscalização do TCE*, destacam que é nesta etapa da educação básica, na Educação Infantil, que:

[...] a criança bem pequena está construindo as suas impressões e seus saberes sobre o mundo, as representações que ela encontra do humano, dos modos como este humano é mostrado na sua pluralidade, na sua diversidade étnico-racial, influenciam os modos como ela vai construir sua subjetividade – sua autoimagem e sua autoestima. Influenciam, também, como ela irá pensar os outros, em especial os sujeitos não-brancos. (Kaercher; Rosa, 2021, p. 67)

Por isso, é emergente pensar em ações pedagógicas que promovam a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na Educação Infantil. No artigo *Relações étnico-raciais na formação e prática docente da educação infantil: desafios e possibilidades*, Vieira e Domingos (2024) também contribuem ao destacar que:

É dentro dessa etapa da educação que também se trabalha os princípios políticos, isto é, da cidadania e do exercício da criticidade, bem como os princípios estéticos, perante a sensibilidade, a criatividade e a ludicidade, na construção de uma educação infantil que promova a igualdade racial. (Vieira; Domingos, 2024, p. 124-125)

Sobre o papel do professor neste contexto, Andrade (2005) pontua que: “[...] esta pessoa tem que ser ou estar livre dos estereótipos arraigados na sociedade brasileira e que corroem como metástase o corpo da sua diversidade racial” (Andrade, 2005, p. 122). Ela também explica que nós professores devemos atuar como facilitadores, ressaltando que “[...] é próprio para a prática porque a função é tornar fáceis as questões que as crianças encontram na discussão” (Andrade, 2005, p. 122).

Para promover reflexões sobre a práxis docente no âmbito da EREER na Educação

Infantil, Vieira e Domingos (2024, p. 124), complementam ao afirmar a necessidade de “[...] investimento na formação docente, na aquisição de materiais, livros e suportes pedagógicos acerca da temática, a fim da construção de uma política pública de combate ao racismo em âmbito regional e nacional”. Além disso, as autoras ressaltam a importância de criar espaços institucionais de diálogo entre educadores, “[...] no qual possam trocar experiências, compartilhar desafios e encontrar soluções mais adequadas para abordar a diversidade cultural e eliminar preconceitos em sala de aula” (Vieira; Domingos, 2024, p. 121).

Dessa forma, a produção teórica evidencia que a atuação pedagógica antirracista deve articular-se ao contexto histórico, legal e curricular, orientando práticas que promovam o respeito às diferenças, a valorização da diversidade e a construção de uma cultura antirracista desde a Educação Infantil. Silva, Sá-Silva e Melo (2023, p. 3181) apontam que “A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, pode ser um terreno fecundo para oportunizar mudanças de paradigma, inclusive no combate e enfrentamento ao racismo com o surgimento de práticas antirracistas”. As autoras ainda alertam para a necessidade de [...] buscar rumos para além de práticas não racistas na Educação Infantil, mas que também sejam antirracistas” (SILVA; SÁ-SILVA; MELO, 2023, p. 3186).

Em consonância, Kaercher e Rosa (2021, p. 67) afirmam que “[...] a Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) na Educação Infantil diz respeito à construção de uma sociedade livre do racismo desde os primórdios do convívio social (experiência vivida pela criança pequena de 0 a 5 anos dentro das instituições)”. As autoras complementam que:

Combater o racismo desde a Educação Infantil, tomar as crianças pequenas como sujeitos históricos, detentoras de direitos, é passo fundante do cumprimento da lei e de uma educação antirracista na Educação Infantil. Defendemos que tomemos as crianças pequenas como detentoras do direito de aprendizagens antirracistas. (Kaercher; Rosa, 2021, p. 68-69)

Assim, evidencia-se que a Educação Infantil é um espaço estratégico para a promoção de uma cultura antirracista, na qual o respeito à diversidade e a valorização das identidades étnico-raciais se tornam parte da experiência cotidiana das crianças.

Metodologia

O projeto *Era uma vez... os diversos jeitos de ser, com respeito e práticas antirracistas*

está sendo desenvolvido desde o mês de abril do ano de 2025, na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Ivanise Jann de Jesus, no município de Santa Maria/RS, com a turma do Pré B Azul, composta por 12 crianças com idades entre 5 a 6 anos. O foco do trabalho surgiu a partir da observação, em sala referencial, de manifestações verbais de uma criança com conotação racista, o que evidenciou a necessidade de promover ações pedagógicas voltadas à valorização da identidade negra, ao combate de estereótipos e ao incentivo ao respeito às diferenças.

Desde o início, a proposta foi pensada à luz da EREB, tendo como referência a Lei nº 10.639/2003, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e as reflexões de autores como Munanga (2005), Andrade (2005), Kaercher e Rosa (2021), Silva, Sá-Silva e Melo (2023) e Vieira e Domingos (2024). Inspirei-me, especialmente, na ideia de Andrade (2005) de que o professor deve atuar como mediador, criando caminhos para que as crianças possam pensar, questionar e ressignificar o mundo ao seu redor através da literatura infantil.

O primeiro passo foi o planejamento. Selecionamos livros infantis com representações positivas de personagens e culturas negras, capazes de provocar conversas significativas. Entre eles, destacam-se *Que cor é minha cor?*, de Martha Rodrigues; *Meu crespo é de rainha*, de bell hooks; e *O pequeno príncipe preto*, de Rodrigo França, que trazem protagonistas negros em contextos de alegria, protagonismo e afeto. O espaço físico também foi reorganizado para ser acolhedor e instigante: um tapete de crochê circular e colorido ao centro, paredes decoradas com imagens de personalidades negras e personagens de desenhos animados, além de espelhos pendurados, criando um ambiente visualmente representativo e inspirador.

As ações pedagógicas se desenvolveram a partir da contação de histórias, que se transformaram em rodas de conversa conduzidas pelas professoras. Nesses momentos, as crianças compartilhavam impressões, memórias e sentimentos, conectando-se com as narrativas e refletindo sobre respeito, orgulho e diversidade.

A partir desses momentos, outras ações foram propostas, dentre as quais destacamos duas. A primeira foi realizada após a leitura e roda de conversa sobre a história *Que cor é minha cor?*, de Martha Rodrigues, na qual as crianças foram convidadas a se observarem no espelho e produzirem autorretratos utilizando lápis de cor (com diversas tonalidades de pele) e papel. Em seguida, a professora em formação Nathana propôs a dinâmica do *papel amassado*: a cada frase negativa enunciada, como “Seu cabelo é feio”, as crianças amassavam o papel; e a cada frase positiva, como “Seu cabelo é lindo”, desamassavam-no. Ao final, mesmo com o papel

aberto, as marcas permaneciam. A professora explicou que as palavras ofensivas deixam marcas profundas nas pessoas, assim como no papel, e que respeitar as características físicas e culturais de cada um é fundamental para a convivência. Todos esses momentos foram registrados pelas professoras e reunidos na montagem a seguir, que evidencia o envolvimento das crianças nas ações e a riqueza das aprendizagens construídas.

Figura 1 – Registros fotográficos das ações desenvolvidas com a professora Nathana.



Fonte: Acervo das professoras, 2025.

Nessa perspectiva, compreende-se que a Educação Infantil, por ser o primeiro espaço institucional de convivência social da criança, constitui um terreno fértil para mudanças de paradigma e enfrentamento ao racismo, favorecendo o surgimento de práticas pedagógicas antirracistas (Silva; Sá-Silva; Melo, 2023). Isso porque, como destacam Kaercher e Rosa (2021), as experiências e representações que as crianças pequenas encontram sobre o humano e sua diversidade étnico-racial influenciam profundamente a construção de sua subjetividade, autoimagem e modo de perceber o outro.

A segunda ação pedagógica envolveu a leitura das literaturas *Meu crespo é de rainha*, de bell hooks, realizada pela professora em formação Nathana, e *O pequeno príncipe preto*, de

Rodrigo França, realizada pela professora regente Taiane. Após a contação das histórias e o diálogo sobre seus personagens e mensagens, foi proposta a *construção de uma coroa* utilizando hastes de chenille. A ação pedagógica simbolizou que todas as crianças podem se sentir príncipes e princesas quando cultivam atitudes respeitosas e reconhecem o valor da diversidade entre seus pares. Como podemos observar na figura a seguir:

Figura 2 – Registros fotográficos das ações desenvolvidas



Fonte: Acervo das professoras, 2025.

Essas experiências revelam a potência da literatura infantil como instrumento de sensibilização e formação de consciência, visto que, como afirma Andrade (2005, p. 118), ela “povoa a imaginação” e atua na “formação da mente plástica do ser que a ela tem acesso”. Além disso, reafirmam que a Educação Infantil é também o espaço onde se exercitam princípios políticos e estéticos voltados à cidadania, à sensibilidade e à promoção da igualdade racial (Vieira; Domingos, 2024).

Durante todo o processo, nós, professoras, mantivemos registros atentos: anotações em

diário, fotografias (com autorização) e transcrições de falas que revelavam mudanças sutis, tais como “Eu gosto de você, do seu cabelo, da sua cor!”, ou muito evidentes, na forma como as crianças olhavam para si, para os colegas e para o mundo.

Mais do que seguir um roteiro rígido, a metodologia se construiu no encontro com as crianças, na escuta de suas vozes e no reconhecimento de suas histórias. Como nos ensina Andrade (2005), importante:

É tentar refazer a história individual na história coletiva então desprovida, na maioria das vezes, de referências encobertas na memória. Positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistências ou de simples amostras de ilustrações de personagens negras. Nisto consiste a Oficina de Identidade Racial. (ANDRADE, 2005, p. 120)

Foi nesse diálogo vivo que a prática antirracista foi construída com sentido e potência, reafirmando que cada gesto, cada palavra e cada história partilhada contribuíram para (re)construir identidades e fortalecer a memória coletiva.

Análise

Após vivenciar parte do projeto — que continuará até o final do ano letivo de 2025 — observamos mudanças significativas nas falas, atitudes e interações entre as crianças. Comentários como “Eu gosto do seu cabelo” ou “A minha cor também é bonita” evidenciam uma percepção crescente sobre o valor da diversidade e o reconhecimento da identidade própria e dos colegas.

As ações pedagógicas, especialmente a dinâmica do papel amassado e a construção da coroa, mostraram-se estratégias eficazes para que as crianças compreendessem, na prática, o impacto das palavras e dos gestos sobre os outros. Esses resultados reforçam a importância de experiências significativas, mediadas por professores atentos às memórias e experiências das crianças. Conforme Kaercher e Rosa (2021):

[...] a criança bem pequena está construindo as suas impressões e seus saberes sobre o mundo, as representações que ela encontra do humano, dos modos como este humano é mostrado na sua pluralidade, na sua diversidade étnico-racial, influenciam os modos como ela vai construir sua subjetividade – sua autoimagem e sua autoestima. Influenciam, também, como ela irá pensar os outros, em especial os sujeitos não-brancos. (Kaercher; Rosa, 2021, p. 67)

Dessa forma, tomar as crianças como sujeitos históricos e detentoras de direitos,

incluindo o direito a aprendizagens antirracistas, é fundamental para a construção de uma educação que combate o racismo desde os primeiros anos (Kaercher; Rosa, 2021, p. 68-69). Observa-se que essas mudanças não surgem de forma imediata, mas se desenvolvem gradualmente à medida que as crianças se engajam em experiências coletivas e se reconhecem nos diálogos, nas histórias e nas ações pedagógicas. Nesse processo, a escuta ativa, o diálogo contínuo e a atenção às memórias das crianças são estratégias essenciais para internalizar conceitos como respeito, valorização da diversidade e pertencimento.

Conforme Andrade (2005) e Munanga (2005), positivar o lado negro de cada criança e oferecer referências coletivas sobre resistência e representatividade contribui para a formação de identidades mais conscientes e afirmativas. Assim, o projeto evidencia que práticas pedagógicas antirracistas, quando articuladas com referências teóricas e mediadas por professoras sensíveis às questões étnico-raciais, não apenas promovem reflexões sobre respeito e diversidade, mas iniciam processos de transformação nas relações interpessoais e na construção de uma cultura escolar antirracista.

Considerações finais

Ao planejarmos um projeto que busca o fortalecimento de atitudes antirracistas na escola de Educação Infantil, tivemos como fio condutor os referenciais teóricos e legais sobre a temática como fortes aliados. Mas sabemos que é preciso mais do que isso. Precisamos, como adultas responsáveis pela educação de crianças pequenas, demonstrar posicionamentos e ações que promovam reflexões para além de uma sala de aula. O caminhar desse projeto tem evidenciado que as crianças podem ser parceiras na construção de aprendizagens sobre o povo negro e sobre o respeito que precisamos ter à cultura e à história dos povos originários. A diversidade sempre pode ser visualizada, em todo e qualquer contexto, sobretudo nas escolas. E é no contexto escolar e com as crianças ainda bem pequenas que precisamos refletir criticamente sobre a formação de seres humanos cada vez mais atentos à diversidade e respeitosos com as histórias e memórias de cada um/cada uma.

Este foi o primeiro projeto desenvolvido com a turma do Pré B Azul com base na EREER, e ele será concluído junto ao final do ano letivo, pois não se constitui em um momento isolado, mas faz parte das construções cotidianas das crianças. Desejamos que muitos outros projetos antirracistas possam ser vivenciados pelas crianças na Educação Infantil, pois é neste terreno

fértil que germinam atitudes de respeito, empatia e valorização da diversidade.

Vale destacar que esta pesquisa apresenta alguns limites, como o período relativamente curto de implementação do projeto, o contexto específico da turma do Pré B Azul e o tamanho reduzido da amostra. Entretanto, essas limitações não diminuem a importância das experiências observadas. Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o estudo para diferentes turmas, escolas e faixas etárias, investigando a continuidade de práticas antirracistas e o impacto dessas ações no desenvolvimento de atitudes de respeito e valorização da diversidade desde os primeiros anos da Educação Infantil.

Referências

- ANDRADE, I. P. Construindo a auto-estima da criança negra. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 117-123.
- CARDOSO, F. H. Prefácio à 2ª impressão. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 9-10.
- HENRIQUES, R.; CAVALLEIRO, E. Prefácio à 2ª edição. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 11-13.
- KAERCHER, G. E. P. da S.; ROSA, G. O. N. A experiência de implementação da ERER na Educação Infantil à luz da fiscalização do TCE. In: COUTO, A. M.; ROSA, G. O. N.; SANTOS, J. A. dos (Orgs.). *Educação antirracista: fiscalização e desafios*. Porto Alegre: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2021. p. 65-81.
- MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15-20.
- SOUZA, P. R. Prefácio à 1ª edição. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 7-8.
- SILVA, J. N. B.; SÁ-SILVA, J. R.; MELO, R. M. L. Por uma educação infantil antirracista. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 6, p. 3179–3190, jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i6.10560>. ISSN 2675-3375.
- VIEIRA, J. de F.; DOMINGOS, C. D. Relações étnico-raciais na formação e prática docente da Educação Infantil: desafios e possibilidades. *Caderno Intersaberes*, Curitiba, v. 13, n. 48, p. 113-126, 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº

LIMA, G. E.; VEIGA, T. C.; MUNHÓS, N. N.
Era uma vez...os diversos jeitos de ser, com respeito e práticas antirracistas

10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

Recebido em: 26 set. 2025.
Aprovado em: 28 out. 2025.

Revisor(a) de língua portuguesa: as autoras
Revisor(a) de língua inglesa: as autoras
Revisor(a) de língua espanhola: as autoras